

Angelo Serpa

Professor Associado, Departamento e Mestrado de Geografia,
Universidade Federal da Bahia
angserpa@ufba.br

Periferização e metropolização no Brasil e na Bahia: O exemplo de Salvador

Resumo

Neste artigo, discute-se os processos de metropolização e periferização na Bahia e no Brasil a partir do exemplo de Salvador-BA, abordando-se temas correlatos como a criação de regiões metropolitanas na escala nacional, os movimentos migratórios campo-cidade, a industrialização, a “favelização” e os recentes fenômenos de suburbanização e “involução metropolitana”, observados nas metrópoles nacionais. Em um segundo momento, a análise está focada na organização espacial do município de Salvador e de sua região metropolitana bem como na distribuição das classes sociais no espaço urbano e metropolitano. Conclui-se, para o caso da capital baiana, que polarização social e espacial são fenômenos manifestos em todo o território metropolitano e não só na produção de habitações como também na oferta de lazer e de emprego, de comércio e serviços, etc. Mas, mesmo com déficits evidentes de infra-estrutura, com o quadro generalizado de pobreza, desemprego e problemas ambientais, os bairros populares da metrópole são centrais para a diversidade social e cultural no espaço metropolitano. E isso acontece apesar da concentração dos equipamentos culturais nos bairros de classe média em Salvador e nos demais municípios da Região Metropolitana.

Palavras-chave: periferização; metropolização; regiões metropolitanas; áreas de urbanização popular; cidade popular.

Abstract

THE PERIPHERY AND METROPOLITAN PROCESS IN BRAZIL AND BAHIA:
THE SALVADOR EXAMPLE

This article argues the periphery and metropolitan process in Bahia and in Brazil using the Salvador-BA example, approaching topics like the metropolitan regions

creation in national scale, the migratory movements field to city, the industrialization, the raising of “favelas” and the recent phenomena of suburban arise and “metropolitan involution”, observed in Brazilian metropolis. On a second moment, the analyses focus the spatial organization of Salvador and its metropolitan region as well as the social classes distribution in urban and metropolitan space. The conclusion is that, for the Bahia capital social and spatial polarization are phenomena present in all the metropolitan territory and not only in residences production but also in recreation and work, shopping and services offering. Not at all, even with evident essential public services deficits, a generalized scene of poverty, unemployment and environment problems, the metropolitan popular quarters are central for social and cultural diversity in metropolitan space. And this happens in spite of the concentration of cultural equipments in middle class quarters in Salvador and in the other Metropolitan Region cities.

Key-words: periphery and metropolitan process; metropolitan regions; popular urbanization areas; popular city.

1. Periferização e Metropolização no Brasil e na Bahia

De maneira geral, a palavra “periferia” remete àqueles espaços afastados de alguma centralidade. Mas, atualmente, muitos espaços urbanos afastados dos centros não são considerados periféricos. A noção abarca nos dias atuais aqueles espaços não planejados e “esquecidos” pelo Estado, com deficiências de infra-estrutura e nem sempre afastados dos centros urbanos. Nas cidades brasileiras existem, na verdade, dois tipos de espaços periféricos: aqueles habitados por população de classe média e com rendas mais elevadas, relativamente bem servidos de infra-estrutura e de equipamentos sócio-culturais, e aqueles considerados como a “verdadeira” periferia, onde habita a população de baixa renda e com baixo capital escolar (Compare: CORRÊA, 1993; SERPA, 2001).

A criação das regiões metropolitanas nos anos 1970 no Brasil foi uma tentativa de operacionalizar, nas escalas urbana e metropolitana, as políticas sociais e econômicas, de cunho nacional e regional. Dessa maneira, as regiões metropolitanas tornaram-se a prioridade número um da política de desenvolvimento nacional. A nova lógica de planejamento regional deveria, portanto, fornecer as bases para uma pretensa política de luta contra as desigualdades regionais no país. Mas essas estratégias de

planejamento regional na escala metropolitana fracassaram, pois os investimentos e projetos públicos necessitavam de alguma espécie de mediação entre os diferentes municípios que compunham as principais aglomerações do país, que, em geral e freqüentemente, concorriam entre si pelas intervenções públicas e privadas.

As estratégias de planejamento na escala metropolitana agravaram ainda mais os processos de periferização nas principais aglomerações brasileiras, onde os problemas dos municípios-sede foram simplesmente “deslocados” para os demais municípios metropolitanos, reproduzindo também, e em todo o país, o modelo centro-periferia no interior das metrópoles. A ampliação dos processos de suburbanização em todas as regiões metropolitanas brasileiras condicionou a rápida (e precária) urbanização de todos os municípios das aglomerações nacionais, contribuindo para a desestruturação dos espaços rurais e para o rápido crescimento populacional, decorrente das migrações campo-cidade.

As migrações campo-cidade se constituem na mais importante forma de movimentos migratórios internos no Brasil (ao lado de outras formas como as migrações intermunicipais, intra- e transregionais, etc.). Esse tipo de migração, junto ao crescimento natural da população, é uma das razões principais do alto grau de urbanização no país. A incontornável fuga dos campos brasileiros está em estreita ligação com o grau diferenciado de industrialização de seus respectivos estados. O principal problema é a rapidez que caracterizou o crescimento demográfico das principais cidades brasileiras nas últimas décadas (SERPA, 2007a).

A fuga dos campos não apenas agravou a polarização entre espaços urbanos e rurais, como também aprofundou as disparidades entre os estados e regiões, especialmente entre a região Sudeste e suas megacidades¹, Rio de Janeiro e São Paulo, e a região Nordeste, onde miséria e pobreza fazem parte do cotidiano da população. Como megacidades, Rio e São Paulo estão entre as maiores aglomerações do Planeta. O Brasil tem ainda outras 24 regiões metropolitanas², algumas com mais de um milhão de habitantes. Essas cidades-regiões concentram aproximadamente a metade da população urbana do país, destacando-se sua dominância hierárquica em relação às pequenas e médias cidades brasileiras.

Aqui é importante analisar os processos de periferização e metropolização em diferentes recortes geográficos: na escala macro, ou seja, para todo o território nacional, na escala meso, no interior dos estados e das grandes regiões, bem como na escala micro, ou seja, nas regiões metropolitanas e na escala intra-urbana. Nesse contexto, e de acordo com Souza (2001), o que ocorre é um processo de relativa “desmetropolização” nos recortes macro e meso, com o crescimento demográfico das cidades médias, enquanto que na escala micro se consolidam os processos de suburbanização, agora para além dos municípios-sede das regiões e aglomerações metropolitanas.

Um exemplo é a diminuição das taxas de crescimento populacional em São Paulo, nos anos 1990. Não apenas o município-sede, mas também todos os municípios de sua região metropolitana sofreram um decréscimo de população. Nos anos 1980 registra-se uma mudança nos movimentos migratórios, que não mais se dirigem à região metropolitana de São Paulo, mas a outros municípios da aglomeração metropolitana, como São José dos Campos, Taubaté, Jundiaí, Sorocaba e Campinas. Hoje, o processo de urbanização abrange, para além da metrópole, outros 38 municípios e uma área total de 8.051 km² (KOHLHEPP, 1997).

Embora nas últimas décadas tenham acontecido algumas mudanças na hierarquia e na organização dos centros urbanos no Estado de São Paulo, não se pode afirmar que houve uma inversão da polarização exercida pela metrópole. Ao contrário, trata-se aqui de um processo de desconcentração industrial como decorrência da consolidação de novos centros industriais e da melhoria relativa da infra-estrutura instalada nas cidades médias localizadas em um raio de 50 a 150 quilômetros de distância da cidade de São Paulo.

São Paulo continua ostentando o título da mais importante aglomeração urbana e industrial do país. Sua posição como importante centro sócio-econômico e cultural permanece intocada, evidenciada por seu papel de importante centro financeiro e de negócios, de sede de inúmeras e importantes instituições culturais, universidades, além de concentrar os centros de excelência em tecnologia, pesquisa, informação e comunicações (Compare: KOHLHEPP, 1997; SANTOS, 1994). Os processos decisórios nos âmbitos político e econômico permanecem concentrados na metrópo-

le, mesmo diante do fenômeno de desconcentração industrial em direção às cidades médias do Estado (LENCIONI, 1994).

É preciso também diferenciar aquelas partes do território tornadas espaços urbanos/ metropolitanos periféricos, como conseqüência dos processos de suburbanização/ metropolização, e aquelas tornadas áreas de expansão das cidades litorâneas, onde, ao longo da costa, se consolidam localidades turísticas e de segunda residência para a população com maiores rendas. A urbanização da costa brasileira e a abertura de novas estradas de rodagem contribuíram para a ocupação das áreas litorâneas – principalmente dos trechos conhecidos como litoral oriental, entre os Estados da Bahia e do Espírito Santo, e litoral das escarpas, próximo das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba (MACEDO, 1999). Além disso, o processo de urbanização deslocou-se progressivamente da costa para as áreas mais interiores, apesar de alguns quilômetros de litoral, em alguns estados, se constituírem em áreas de preservação ambiental.

As transformações extremas da paisagem litorânea são também conseqüência das possibilidades de lucros a curto prazo, decorrentes dos investimentos do mercado imobiliário formal. Nas últimas décadas, vários empreendimentos residenciais para população de renda mais elevada, assim como empreendimentos hoteleiros e turísticos, estão na ordem do dia em grande parte da costa brasileira. Os impactos sócio-ambientais são evidentes, em função dos desmatamentos e das perdas de solos férteis e agricultáveis, como reflexo do processo de especulação imobiliária, tudo isso contribuindo para o empobrecimento ainda maior daquelas populações mais dependentes da exploração dos recursos naturais nestas localidades.

Esses processos e suas conseqüências são visíveis também no litoral Norte da Bahia – e já abrange, inclusive, municípios que até bem pouco tempo estavam fora do perímetro metropolitano de Salvador, como Mata de São João³. A localidade é conhecida como a “Polinésia Brasileira” e dispõe de doze quilômetros de litoral, com uma paisagem (ainda!) dominada por dunas, palmeiras, rios e vegetação de restinga. Em Mata de São João, localiza-se a vila de Praia do Forte, originada a partir da comercialização de uma fazenda nos anos 1970 e transformada pelo novo proprietário em um complexo turístico com 248 apartamentos com vista para o mar, abrangendo uma superfície total de 250.000 Km².

Na localidade de Praia do Forte o processo de especulação imobiliária ganhou tal proporção que hoje se pode falar de gentrificação ou mesmo de um notável processo de reestruturação social da antiga vila de pescadores e de seu entorno. Também no município de Camaçari – localizado na Região Metropolitana de Salvador – a urbanização das áreas de dunas e das margens de rios atinge todas as antigas localidades de pescadores, como Abrantes, Jauá, Arembepe e Itacimirim. Esse processo de urbanização está em curso há algumas décadas e contribuiu de modo decisivo para a desestruturação das relações entre os membros das comunidades atingidas, integrando áreas antes rurais à malha urbana da metrópole (Compare: MENEZES, 1999).

2. O Exemplo de Salvador

A capital baiana, com seus cerca de 2,5 milhões de habitantes, enfrenta problemas decorrentes do rápido crescimento populacional das últimas décadas, como a pobreza de uma boa parte da população, desemprego, déficit habitacional e sobrecarga da infra-estrutura instalada. A situação nos bairros populares periféricos é frequentemente desoladora. Muitos moradores sequer dispõem do mínimo necessário para sua sobrevivência, ganhando o salário mínimo como vendedores ambulantes ou empregados domésticos. Muitos estão desempregados ou trabalham na informalidade, sem direitos trabalhistas ou segurança social. Nas áreas de urbanização popular da cidade, faltam creches, escolas e cursos profissionalizantes. A situação é agravada com o aumento da criminalidade.

Mesmo como uma pequena metrópole regional no contexto brasileiro, Salvador apresenta, há muito tempo, altas taxas de crescimento de sua população. Como outras metrópoles regionais nordestinas – a exemplo de Recife e Fortaleza – Salvador recebe migrantes do “interior” ou funciona como etapa intermediária para aqueles que desejam migrar para outras aglomerações metropolitanas do país.

No entanto, mais recentemente, também em Salvador a taxa de crescimento populacional vem se aproximando da média nacional, de modo que – como já acontece há algum tempo em cidades como Rio de Janeiro e Recife, assim como mais tarde em São Paulo e Porto Alegre – também na capital baiana é esperado

uma diminuição dos movimentos migratórios em direção ao município-sede da aglomeração (WEHRHAHN, 1998, p. 660).

O processo de favelização da cidade inicia-se nos anos 1950, diretamente relacionado com o começo das atividades da Petrobras na região metropolitana. Em seguida, a partir da década de 1960, instalam-se também na aglomeração metropolitana o Centro Industrial de Aratu e o Pólo Petroquímico de Camaçari. Com a industrialização e os novos empregos gerados crescem os movimentos migratórios, com muitos trabalhadores rurais em busca de trabalho na cidade e ocupando de modo informal áreas periféricas da aglomeração (SERPA, 2001).

A ocupação informal e a autoconstrução caracterizaram o crescimento urbano em Salvador e sua região metropolitana nas últimas décadas. De acordo com o IBGE, existia na cidade, em 1995, um déficit habitacional de mais de 100 mil residências. Hoje, no Estado da Bahia, são aproximadamente um milhão de pessoas vivendo em habitações precárias. Os habitantes destas áreas de urbanização popular não são apenas migrantes do interior, que devido à baixa escolaridade e à falta de profissionalização não conseguem inserção no mercado formal de trabalho, mas também uma grande parte dos trabalhadores do setor industrial:

O fato de que os trabalhadores industriais também morem nessas áreas mostra que os salários no setor industrial não são suficientes para a reprodução da força de trabalho, muito menos para a melhoria de seu padrão de vida (SANTOS, 2001, p. 42).

A organização espacial do município de Salvador e de sua região metropolitana corresponde à distribuição espacial da renda da população, ou seja, à distribuição das classes sociais no espaço urbano e metropolitano. Pode-se mesmo falar de polarização social, já que se constata uma diferenciação marcante na distribuição espacial da renda entre o município-sede e os demais municípios da RMS bem como entre as áreas de urbanização de *status* e de urbanização popular em Salvador. Assim, as famílias de renda mais baixa concentram-se nos bairros ao longo da Baía de Todos os Santos, enquanto aquelas com rendas mais elevadas encontram-se preferencialmente nas áreas ao longo da orla atlântica da cidade (Figuras 1 e 2).

Figura 1
SALVADOR: RESPONSÁVEIS POR DOMÍCIOS SEM RENDIMENTO OU COM RENDA ATÉ 2 SM POR SETOR CENSITÁRIO

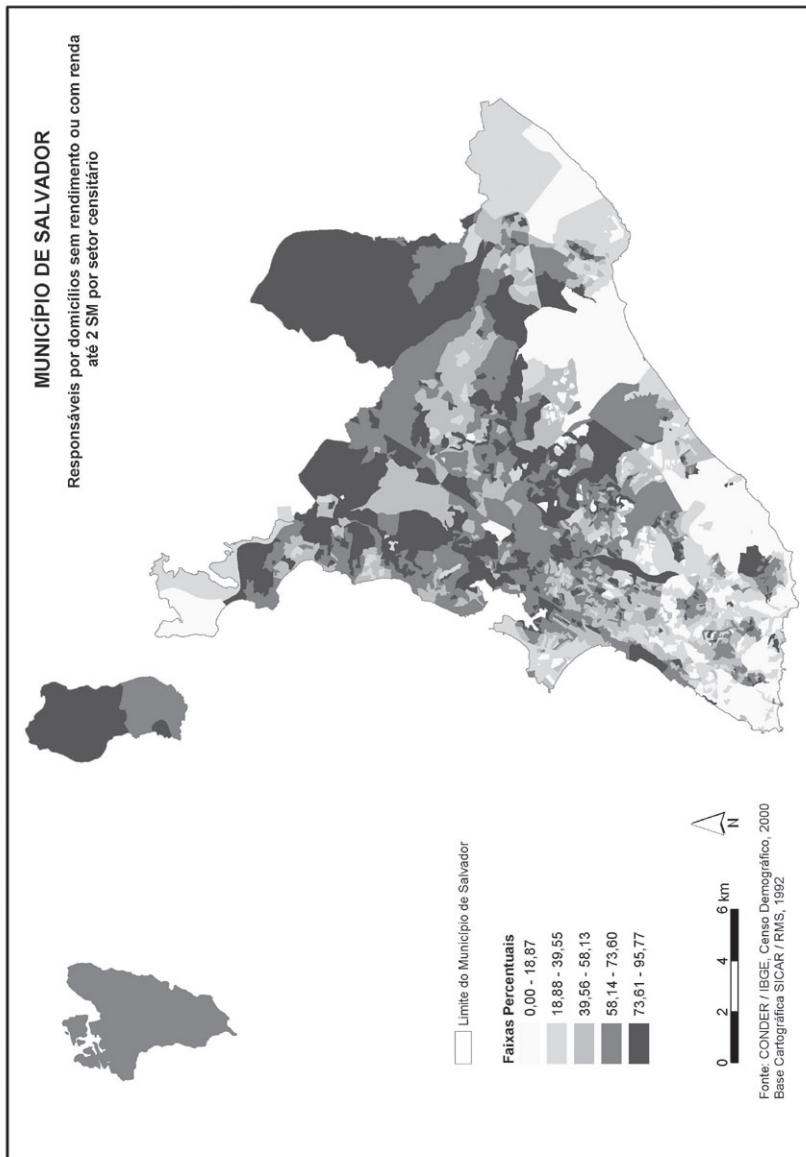
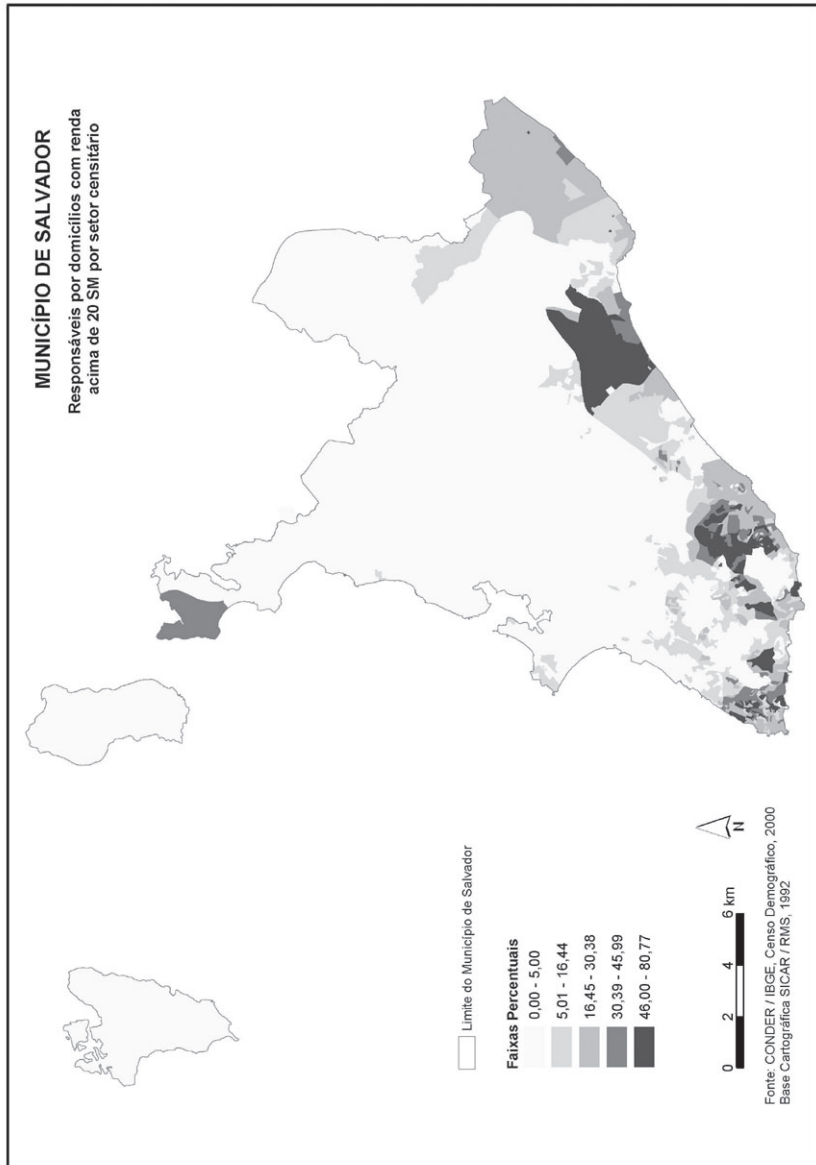


Figura 2
SALVADOR: RESPONSÁVEIS POR DOMÍCIOS COM RENDA ACIMA DE 20 SM POR SETOR CENSITÁRIO

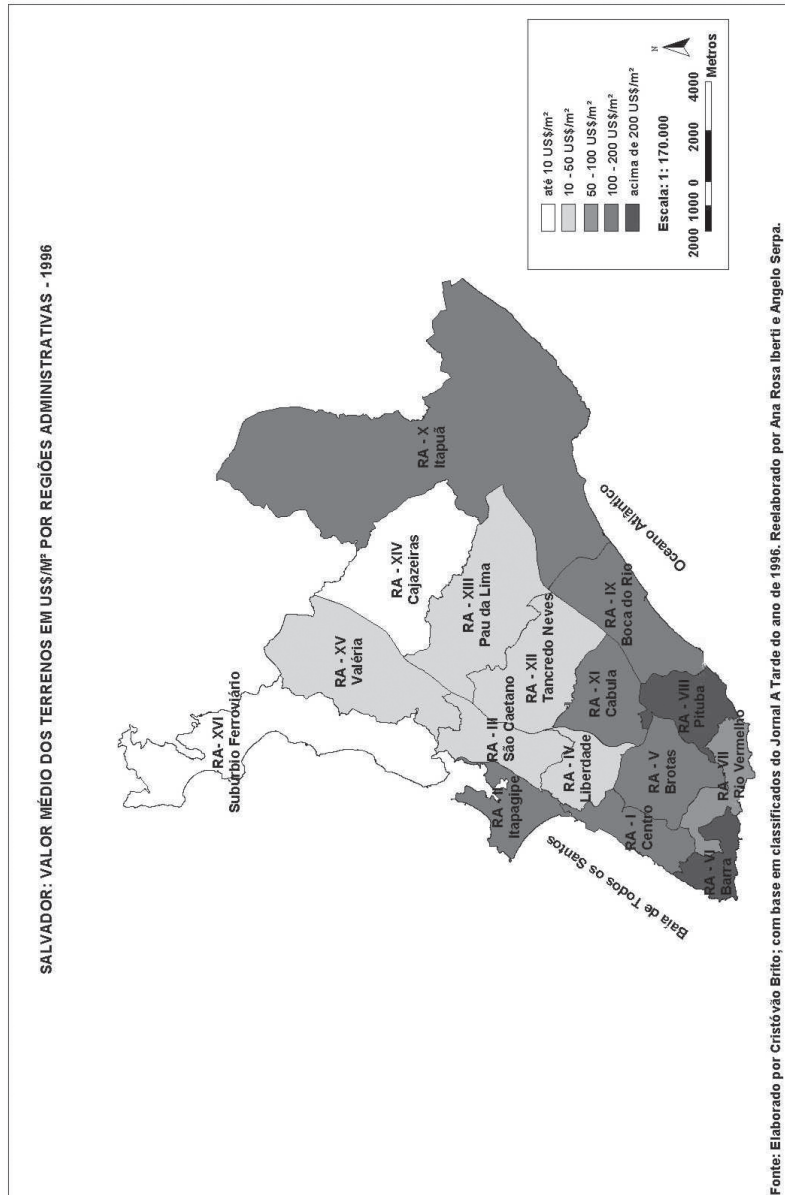


Essa distribuição corresponde também à variação do preço do metro quadrado no município de Salvador (Figura 3). O preço do solo urbano é uma medida central para a compreensão do mercado fundiário e imobiliário em qualquer cidade. A partir desta medida pode-se derivar a qualidade construtiva das residências, os preços de compra e venda de imóveis, assim como a renda de seus habitantes. A polarização social da cidade, como descrita no parágrafo anterior, tem rebatimento no (e é condicionada também pelo) preço do metro quadrado na cidade. Os bairros ao longo da Baía de Todos os Santos, que concentram população de baixa renda, crescem sem planejamento e à margem das iniciativas do mercado imobiliário formal. As áreas na orla atlântica, ao contrário, estão fortemente subordinadas à lógica do mercado e são as mais valorizadas da cidade.

Se é evidente a polarização social e espacial na cidade, por outro lado, e mais recentemente, processos de fragmentação também estão em curso na capital baiana. Se, antes, a segregação espacial era mais facilmente identificável no espaço soteropolitano, hoje há também, em todos os municípios da região metropolitana, áreas de urbanização popular convivendo lado a lado com condomínios de classe média. Como para outras metrópoles do país, também para a aglomeração soteropolitana, a fase de concentração da população no município-sede vem sendo paulatinamente substituída por um processo generalizado de suburbanização, visível no crescimento acelerado dos municípios mais próximos de Salvador e localizados na RMS, como é o caso de Lauro de Freitas.

Do mesmo modo que o processo de desconcentração em direção às áreas suburbanas, descrito por Wehrhahn (1998) para São Paulo, também em Salvador as desvantagens da aglomeração urbana, como problemas ambientais, congestionamentos de trânsito, altos preços dos imóveis e falta de terrenos edificáveis, acabam funcionando como fatores de repulsão. São as classes de renda mais alta as responsáveis por esse processo de suburbanização, que, no caso de Salvador, atinge áreas cada vez mais distantes do município-sede, como demonstram os lançamentos imobiliários em Lauro de Freitas. E não só mais distantes, como também mais isoladas e auto-suficientes, como os condomínios fechados que proliferam na orla atlântica da metrópole.

Figura 3
SALVADOR: VALOR MÉDIO DOS TERRENOS EM DOLARES/ METRO QUADRADO POR REGIÕES ADMINISTRATIVAS



Polarização social e espacial são fenômenos que se manifestam portanto em todo o território metropolitano e não só nas habitações como também na oferta de lazer e de emprego, de comércio e serviços, etc. *Shopping-centers* modernos e oferta de bens e serviços diferenciados estão diretamente relacionados e próximos dos condomínios e edifícios de alto padrão construtivo das camadas de maior poder aquisitivo, reforçando o processo de suburbanização/periferização. A formação de guetos de luxo, denominados de condomínios fechados, fenômeno generalizado para toda a Região Metropolitana de Salvador, convive lado a lado com o surgimento de áreas de urbanização popular e favelas, como descrito por Kohlhepp (1997) nos anos 1990 para São Paulo.

As áreas de urbanização popular resultam em sua maior parte do esforço e do trabalho dos moradores, já que são deficientes as políticas habitacionais para população de baixa renda na cidade e no país. O bairro de Cajazeiras, no miolo do município-sede, é um exemplo de conjunto habitacional popular, construído ao longo dos anos 1980 e caracterizado por edificações com baixo padrão construtivo e precariedade arquitetônica e urbanística. Hoje, as áreas de urbanização popular na RMS caracterizam-se por uma mistura de habitações auto-construídas e conjuntos habitacionais construídos pelas prefeituras e pelo Estado, freqüentemente afastados das áreas centrais, o que implica em altos custos de transporte para seus habitantes. Por outro lado, os bairros populares mais antigos, localizados na orla da Baía de Todos os Santos no município-sede, atraem também setores médios da população, que usufruem de alguma infraestrutura e preços mais vantajosos nas áreas mais consolidadas. Muitos trabalham na indústria, na construção civil ou no setor de comércio e serviços, alguns até no serviço público.

3. Conclusão

Se a Região Metropolitana de Salvador fosse um país ela só perderia em termos de desigualdades sociais para a Namíbia. Esse é o resultado de um estudo da CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, publicado no final de 2006 (JORNAL A TARDE, 28/12/

2006; CONDER, 2006). Para dar conta dessas desigualdades seria urgente e necessário desconstruir a visão hierárquica que embasa o modelo “Centro-Perifeira”, presente nos programas e planos governamentais, de modo a considerar paulatinamente as diferenças qualitativas existentes entre os espaços da metrópole, sem transformar diferença em desigualdade. A diferença não é algo em si negativo, o problema é quando as diferenças são valoradas e hierarquizadas.

Mesmo com déficits evidentes de infra-estrutura, com o quadro generalizado de pobreza, desemprego e problemas ambientais, os bairros populares da metrópole são centrais para a diversidade social e cultural no espaço metropolitano. E isso acontece apesar da concentração dos equipamentos culturais nos bairros de classe média em Salvador e nos demais municípios da Região Metropolitana. Importante observar nesse contexto que não se trata de modo algum de uma idéia hegemônica de cultura, de uma idéia de “cultura erudita”, mas, ao contrário, de idéias de cultura alternativas à cultura dominante, que se manifestam no dia-a-dia das áreas de urbanização popular da metrópole (SERPA, 2004 e 2007b).

Se levarmos a sério a idéia de “cultura popular”, então seria necessário também questionar a inadequação dos equipamentos sócio-culturais e a política de gestão e produção cultural na metrópole soteropolitana. De modo paradoxal, as áreas de urbanização popular das periferias metropolitanas transformam-se em centros de cultura urbana em Salvador, no “coração” de diferentes manifestações da cultura afro-brasileira, como os blocos afro Ilê Aiyê e Araketu, por exemplo. Como local de nascimento de muitos artistas, que encontram grande sucesso na indústria cultural do país, as áreas de urbanização popular das periferias soteropolitanas desempenham um papel central na maior festa de rua do planeta: o Carnaval de Salvador.

“São as iniciativas dos cidadãos e não as teorias do conhecimento científico (teoria social, teoria política, Marxismo, Liberalismo, etc.) que produzem a liberdade” (FEYERABEND, 1980, p. 163). No seu livro “Conhecimento para pessoas livres”, Paul Feyerabend defende um relativismo democrático, cujo ponto de partida deveria ser o princípio de igualdade de todas as tradições presentes nos países e instituições sociais e políticas. O grau de liberdade de uma sociedade é maior quando diminui o preconceito em relação às diferentes tradições que ela abarca. Uma sociedade que dispõe de diversifica-

dos conhecimentos e tradições tem maiores possibilidades de ação e julgamento que aquela sociedade que se limita a uma única ideologia dominante.

Muitas manifestações e grupos culturais, graças ao trabalho de associações de moradores e organizações não governamentais, acontecem nas áreas de urbanização popular das cidades e metrópoles brasileiras sem nenhum apoio institucional ou financeiro. Elas representam, muitas vezes, um capital cultural desconhecido e invisível, do qual as cidades e seus habitantes poderiam tirar mais proveito do que ocorre até aqui. A valorização destas idéias de cultura alternativas poderia funcionar, sem sombra de dúvidas, como uma eficiente estratégia de desconstrução do estigma e do preconceito em relação a grupos frágeis sócio-economicamente, mas ricos e diversos no tocante ao capital cultural que dispõem e reproduzem no seu cotidiano.

Ao invés de basear-se em princípios abstratos e universais, políticos e planejadores deveriam dialogar livremente com esses grupos, que certamente poderiam contribuir para a diversificação das estratégias de planejamento urbano e metropolitano. Trata-se de radicalizar o processo de subjetivação da política, como defendido por Feyerabend, incorporando ao máximo a população das áreas de urbanização popular nos processos e estruturas de decisão sobre os destinos da cidade e da metrópole. Políticos e planejadores deveriam desempenhar assim o papel de mediadores, desconstruindo as estratégias atuais de controle social e garantindo o desenvolvimento social em liberdade.

Finalmente, é preciso reconhecer as áreas de urbanização popular da metrópole como lugares do cotidiano e da vida, como prioridades do planejamento urbano e metropolitano, garantindo a participação popular como valor social e político supremo.

Notas

¹ Segundo o UN-Habitat são consideradas megacidades aquelas aglomerações urbanas com mais de 10 milhões de habitantes (Compare: <http://www.unhabitat.org>).

² Belém (PA), São Luís (MA), Fortaleza (CE), Natal (RN), Recife (PE), Maceió (AL), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), Vale do Aço (MG), Vitória (ES), Baixada Santista (SP), Campinas (SP), Curitiba (PR), Londrina (PR), Maringá (PR), Florianópolis (SC), Vale do Itajaí (SC), Norte e Nordeste Catarinense (SC), Região Metropolitana da Foz do Rio Itajaí (SC), Região Metropolitana da Carbonífera (SC), Região Metropolitana de Tubarão (SC), Porto Alegre (RS), Goiânia (GO) e RIDE (DF-GO-MG).

³ A partir de dezembro de 2007, a Região Metropolitana de Salvador passou a contar com mais duas cidades. Mata de São João e São Sebastião do Passé, distantes da capital 56 e 58

quilômetros respectivamente, conquistaram o status de pertencer à RMS, depois da aprovação do projeto de lei pelos 51 deputados presentes na Assembléia Legislativa da Bahia. Com a inclusão de seus territórios na RMS, os gestores das duas cidades passam a ter maiores chances de ampliar o aporte de recursos repassados pelos governos estadual e federal (JORNAL A TARDE, 17/12/2007).

Referências

CONDER. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. **Atlas do Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Salvador**. CD ROM. Salvador, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**, 2ª Edição. São Paulo: Editora Ática, 1993.

FEYERABEND, Paul. **Erkenntnis für freie Menschen**. Frankfurt am Main: Suhrkamp 1980.

KOHLHEPP, Gerd. São Paulo: größter industrieller Ballungsraum Lateinamerikas. Großstädte. **Der Bürger im Staat**, Stuttgart, n. 2, p. 137-143, 1997. http://www.lpb.bwue.de/aktuell/bis/2_97/bis972n.htm

LENCIONI, Sandra. Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. **Espaço e Debates**, São Paulo, n. 38, p. 55-61, 1994.

MACEDO, Sílvio Soares. Litoral, urbanização, ambientes e seus ecossistemas frágeis. **Paisagem e Ambiente – Ensaios**, São Paulo, n.12, p. 151-232, 1999.

MENEZES, Eline Viana. **Reestruturação Urbana e Gestão Ambiental**. 1999. 125 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo/UFBA), Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

SANTOS, Ana Lúcia Florisbela dos. **Der städtische informelle Sektor in Brasilien. Das Fallbeispiel Rio de Janeiro**. 2001. Tese de Doutorado, Carl-von-Ossietsky-Universität Oldenburg - FB Wirtschafts- und Rechtswissenschaften, Oldenburg, 2001.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: HUCITEC/EDUC, 1994.

SÃO Sebastião e Mata de São João se integram à Região Metropolitana. **Jornal A Tarde**. Salvador, 17/12/2007.

SEGUNDA maior desigualdade social do mundo está na Bahia. **Jornal A Tarde**. Salvador, 28/12/2006.

SERPA, Angelo. Land-Stadt-Migration und Verstadterung am Beispiel Brasiliens: Wanderungsdeterminanten und -konsequenzen. In: BERGER, Lena; VÖGL, Irene; REITER, Julia; SCHMIDT, Frauke; VÖGLER, Michael (Orgs.). **Sin Fronteras? Chancen und Probleme lateinamerikanischer Migration**. Munique-Alema-nha: Martin Meidenbauer Verlagsbuchhandlung, 2007a. p. 25-48.

SERPA, Angelo (Org.). **Cidade Popular - Trama de Relações Sócio-Espaciais**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia - EDUFBA, 2007b.

SERPA, Angelo (Org.). **Fala, Periferia! Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano**. Salvador: PROEX/EDUFBA, 2001.

SERPA, Angelo. Experiência e Vivência, Percepção e Cultura: Uma Abordagem Dialética das Manifestações Culturais em Bairros Populares de Salvador. **Ra'e ga - O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, n. 8, p. 19-32, 2004.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Da "fragmentação do tecido sóciopolítico-espacial" da metrópole à "desmetropolização relativa": alguns aspectos da urbanização brasileira nas décadas de 80 e 90. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Urbanização e cidades: Perspectivas Geográficas**. Presidente Prudente: UNESP/GAsPERR, 2001. p. 391-417.

WEHRHAHN, Rainer. Urbanisierung und Stadtentwicklung in Brasilien. **Geographische Rundschau**, v. 50, n. 11, p. 656-663, 1998.